Capítulo X

Marcha para oeste

Otávio Guilherme Velho

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VELHO, OG. *Capitalismo autoritário e campesinato*: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Marcha para oeste . pp. 128-148. ISBN: 978-85-99662-92-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Capítulo X

Marcha para oeste

Campesinato marginal

Dissemos anteriormente que o sistema dominante da *plantation* durante boa parte da história brasileira foi um obstáculo ao desenvolvimento de uma massa de camponeses livres. Quanto a um campesinato submetido a um sistema de servidão, a sua inexistência no momento da conquista e a própria pujança inicial da *plantation* não permitiram a sua presença. Alguns autores têm falado de “camponeses” no caso dos trabalhadores na *plantation*; em especial porque era comum cultivarem um pequeno pedaço de terra para o seu próprio autoconsumo, dentro ou fora dos limites da *plantation*. Todavia, o fato é que o seu trabalho principal tinha a ver com a *plantation*, submetidos ao dono da *plantation* e a uma divisão do trabalho complexa que estava longe de algo que pudesse lembrar uma produção camponesa. Mesmo os pequenos pedaços de terra que cultivavam apareciam frequentemente como uma espécie de “doação” do proprietário em terra marginal da *plantation*, de fato constituindo uma maneira de permitir uma reprodução barata da força de trabalho.

Outros autores, como reação, têm tendido a considerá-los simplesmente como proletários rurais. Todavia, o fato é que essa força de trabalho manteve as suas características principais tanto quando formalmente considerada “escrava” quanto como “livre”. Palmeira sugere que poderia ser melhor tratada como um tipo social distinto, uma de cujas características seria o fato de suas relações com o “exterior” serem mediadas pelo proprietário de terras, com o qual cada indivíduo procuraria estabelecer uma relação pessoal de patronagem (Palmeira, a sair).

O fato permanece que esse tipo não constitui um campesinato, se bem que certos subtipos como o foreiro se aproximassem por vezes mais dessa caracterização em algumas de suas manifestações. Por outro lado, as grandes *plantations* tendiam a monopolizar o controle da terra e havia escassas possibilidades para um campesinato livre fora das *plantations*. Qualquer aglomerado de pessoas que trabalhassem para si mesmas sem elos com o sistema dominante (e que frequentemente eram refugiados desse

sistema) era sempre visto com grande suspeita e frequentemente encontrava oposição direta, senão armada.

Esse foi o caso, por exemplo, desde os tempos coloniais, dos *quilombos*. Uma atitude análoga prevaleceu em relação a diversos movimentos messiânicos registrados a partir do século XIX¹. Pereira de Queiroz (1968: 13-9) chamou a atenção para como o messianismo funcionou como um mecanismo organizacional e como em muitos casos permitiu um certo grau de “progresso socioeconômico”:

Os movimentos messiânicos constituem mecanismos tendo por objetivo ajudar à reorganização das sociedades camponesas; e se são bem sucedidos nisso, a melhoria do nível de vida se segue, bem como um certo progresso socioeconômico. Quanto mais frágeis são a estrutura e a organização das sociedades camponesas, mais chances existem de que surjam movimentos messiânicos.

No caso brasileiro a “fragilidade” seria tal que talvez se pudesse até dizer que não era em ‘geral uma questão de “reorganização” do campesinato, mas na verdade de tentativas de constituí-lo como tal ou de ganhar um *status* outro que não o da marginalidade. Esse poderia ser o caso mesmo a idealização do passado característica desses movimentos refletindo um impasse quanto a sua inserção na sociedade envolvente. Todos esses movimentos com o tempo tenderam ou a criar novos vínculos com o sistema dominante (como no caso do Padre Cícero no Nordeste), a se manter muito circunscritos ou, no caso dos maiores e mais militantes, a tornar impossível a coexistência, sendo eventualmente destruídos. Nesse último caso contar-se-iam Canudos e o Contestado.

O fato principal é que um verdadeiro campesinato livre de massas não pôde surgir. Sugerimos que grandes conflitos como Canudos e o Contestado com sua forma messiânica servem para demonstrar a contradição entre o sistema dominado pela *plantation* e a existência de um campesinato livre. Todavia, já aí é interessante notar as duas pontas do dilema: *o mesmo sistema que era incompatível com um campesinato de massas deu origem a tensões que trabalhavam no sentido de forçar a existência de um campesinato*. Em certos casos ocorreu um avanço limitado, especialmente quando o campesinato se manteve próximo à

¹ Pereira de Queiroz (1968: 91-92) registrou 18 movimentos desse tipo por todo o país a partir de 1817, embora considere estar incompleta a lista.

marginalidade em áreas que eram como que periféricas ou situadas “além da fronteira”. A verdade é que a tensão provocada pela existência física de terras livres não podia ser simplesmente eliminada pelo sistema de repressão da força de trabalho. Nos últimos anos entre os estudiosos a afirmação da realidade básica de uma sociedade fundada na *plantation* chegou a ser caricaturada. Nos primeiros cronistas (por exemplo Andreoni, sem data) e nos viajantes de séculos passados (por exemplo Bates, 1969 para a Amazônia) existem claras descrições de tipos sociais “intermediários”, alguns dos quais aproximando-se de um campesinato. Mas com o tempo foi-se deixando de lado a apreciação desses elementos. Curiosamente, foi em geral entre os autores autoritaristas, principalmente quando do exame da temática da “mestiçagem”, que se manteve a sua presença. E é interessante também que entre esses autores é comum identificá-las com a revolta contra o sistema. Só muito recentemente (com raras exceções, entre as quais o conjunto da obra de Maria Izaura Pereira de Queiroz) ressurgiu uma preocupação com esses elementos intermediários². A verdade é que se trata de pesquisa histórica difícil e quase toda por ser feita. De qualquer maneira, há fatos que chamam a atenção, como por exemplo a constatação em documentos da época da presença de trabalhadores livres e assalariados em funções de direção e em funções especializadas (feitores, mestres, purgadores e caixeiros) na fazenda de Santa Cruz, próximo ao Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX (Viana, 1974: 27); que na mesma fazenda, em meados do século XIX, havia cerca de 700 foreiros e que já em 1814 mais de metade de sua extensão estava ocupada por intrusos (Viana, 1974: 32).

O risco está em que como reação às simplificações anteriores caia-se no erro oposto. A nossa perspectiva comparativa ajuda a perceber que a presença desses elementos (pelo menos no que se refere ao esboço de um campesinato livre) é uma realidade contraditória, e como tal ajuda a *revelar* e não a negar a repressão da força de trabalho. A verdade é que apesar das evidentes e compreensíveis pressões “espontâneas” nesse sentido, como um todo um campesinato não pôde se formar³. As cidades e vilas, estas sim,

² É de se ressaltar o trabalho de título significativo de Maria Silvia de Carvalho Franco, *Homens Livres na Ordem Escravocrata* (1974) para o Vale do Paraíba e o de Stuart B. Schwartz (1973) sobre os lavradores de cana na Bahia do período colonial.

³ Ao lado do campesinato marginal, surgiu no Nordeste uma manifestação de banditismo social conhecida como *cangaceirismo*. Prolongou-se basicamente da segunda metade do

foram os principais receptores dos deslocados de áreas rurais, particularmente depois que se acelerou a industrialização. Da década de 30 deste século em diante as favelas tornaram-se um traço normal da paisagem urbana brasileira.

Afora o crescimento do próprio campesinato marginal a partir aproximadamente da década de 20 deste século, a exceção, no que diz respeito à formação de um campesinato, teve a ver com alguns núcleos de imigrantes estrangeiros que serviram uma importante função no abastecimento alimentar das cidades em crescimento (o que a *plantation* tradicional não era capaz de realizar sozinha), ao mesmo tempo que pela sua natureza especial não constituíam uma ameaça generalizável (Seyferth, 1974). De qualquer maneira, dentro da lógica do sistema e possivelmente para precaver-se contra essa possibilidade, já em 1850 uma lei de terras impedia que o simples apossamento de terras garantisse o direito de propriedade, exigindo-se para tal o título de compra das terras devolutas. Há quem date daí a inauguração da propriedade capitalista no Brasil. Todavia, se numa perspectiva comparativa nos recordarmos que na década seguinte nos Estados Unidos inaugurava-se com a *Homestead Law* uma política *oposta* a esta, ficará claro o fato de que não bastará para avançar o conhecimento da formação brasileira a sua caracterização como capitalista, sendo necessário ir adiante na análise da articulação entre o político e o econômico.

Um Turner autoritário

Com a exceção da ocupação do Acre no começo do século, a nossa expansão territorial a partir do século XIX restringiu-se – se não considerarmos a resistência oposta por alguns grupos indígenas – à ocupação de território não disputado por outras nações. No entanto, durante muito tempo tratou-se de um movimento fraco ou rarefeito do tipo *frente de expansão*; com exceção do avanço do cultivo do café no Sul e de alguns núcleos de imigração estrangeira. Na maioria dos casos aproximava-se da

século XIX até a década de 1930, manifestando-se sobretudo em áreas de pequena agricultura. Amaury de Souza (Souza, 1972) sugeriu que os cangaceiros estavam entre os elementos reprimidos mais “empreendedores” da sociedade nordestina e que a migração dos anos 40 em diante para o Centro-Sul serviu como uma alternativa para esses elementos, assim contribuindo para o fim do cangaceirismo.

marginalidade ou se relacionava a alguma extração mineral ou vegetal de pouca importância extralocal.

Apesar disso a existência de grandes espaços desocupados (praticamente metade do país) supostamente contendo vastos recursos continuou a ser um elemento importante em uma retórica que veio a ser sintetizada na frase “Brasil, país do futuro”.

Essa retórica, que de início parece ter servido como uma espécie de compensação para o atraso de fato, tornou-se mais importante após 1930 e particularmente com o estabelecimento do Estado Novo, quando o nacionalismo passou a ser sistematicamente incorporado à ideologia do regime. Em 1938 o governo anunciou uma Marcha para Oeste.

Uma figura intelectual de destaque que como Turner confirma a excelência da *fronteira* como matéria-prima para a elaboração de mitos, sobretudo os que dizem respeito ao estabelecimento da identidade nacional em países novos, foi Cassiano Ricardo. Sua obra principal – *Marcha para Oeste* – surgiu em 1940 e foi muito bem recebida pelo regime. Em 1970, quando a construção da Rodovia Transamazônica foi anunciada, veio a público a sua quarta edição brasileira.

É interessante tentar esquematizar as principais idéias de Ricardo porque clarificam a relação ideológica existente entre autoritarismo e *fronteira*, constituindo ao mesmo tempo um contraste significativo com as idéias de Turner sobre a *fronteira*⁴.

Tal como Turner, C. Ricardo estava consciente da importância da *fronteira* como mito e parecia assumir propositalmente o papel de fazedor de mitos. Como disse no prefácio à segunda edição do seu livro e que Richard Morse incluiu nas suas leituras sobre os bandeirantes (1967: 204-205):

(...) a bandeira transpõe o domínio da história e confunde-se com o mitológico. Para explicar os seus heróis, um sábio como Saint’Hilaire não se vê obrigado a classificá-los como uma “raça de gigantes”? Só gigantes, no seu modo de pensar (...) podiam ter, a pé, conquistado

⁴ Uma diferença inicial entre Turner e C. Ricardo é que o trabalho de Ricardo sobre a *fronteira* (não estamos falando do conjunto da sua produção literária) é formado por dois volumes com um total de 681 páginas (na edição de 1970), ao passo que Turner somente escreveu ensaios curtos.

um continente (...), o mundo “mecânico” de hoje, assentimental e anti-humano, agrava, em nós, a tendência para colocar a bandeira no mundo mitológico. Com isto, ela adquire uma nova força em nosso dinamismo coletivo. O “efêmero” do fato histórico passa ao eterno da legenda. Talvez porque o mito seja a “imagem” que, na história, adquire a potência de um símbolo (...) E, ainda hoje, é o próprio chefe da Nação quem, ao falar de uma nova marcha para Oeste, tem o cuidado de dizer que (...) “não se trata de uma imagem”. Mais do que uma simples imagem, “é uma realidade urgente e necessária transpor o planalto e retomar a trilha dos pioneiros que plantaram, no coração do Continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais” (1942: 28-29).

De forma semelhante a Turner, C. Ricardo acreditava que o Leste (a costa) mantinha laços estreitos com a Europa (especialmente Portugal), ao passo que o Oeste (o *sertão*) foi conquistado pelos que estavam dispostos a soltar esses laços.

Assim, no começo da colonização:

As posições estavam, assim, definidas: os navios atraindo os lusos apegados à matriz cultural a que estavam intimamente ligados, e o sertão atraindo os que (naturalmente mamelucos) davam as costas ao mar (1970: 8).

E: “Quando entra no mato a primeira bandeira, termina a história de Portugal e começa a do Brasil” (1970: 229).

A sociedade agrária da *plantation* que se estabeleceu no litoral tornou-se “feudal”, ao passo que a sociedade bandeirante que possuía em São Paulo a sua base, buscava novas soluções.

Enquanto que o negro era a principal influência sobre o europeu na *plantation*, o índio (“*homo primitivus migratorius*”) era a principal influência sobre o bandeirante, e explica a mobilidade da bandeira (1970: 27):

A bandeira nasce, num sentido étnico, com a primeira geração de mamelucos. A democratização pela mestiçagem é, pois, o seu nascedouro (1970: 42).

A “mobilidade biológica” encurtava as distâncias raciais e sociais (1970: 109). Isso, por sua vez, determinava a “democratização social” (1970: 120). A bandeira nasce assim num meio democrático; na bandeira

havia uma “divisão de trabalho em função de cada cor” (1970: 322) e uma “hierarquização das cores na organização civil e militar do grupo” (1970: 323).

Na formação dessa democracia agreste, o índio entra com a mobilidade social, o negro com a abundância de sentimento e de calor humano, o branco com o seu espírito de aventura e de comando (...)

Não é possível pensar na democracia bandeirante sem a organização hierárquica do grupo, que possibilita o aproveitamento de todos os valores humanos pela capacidade viva de cada um e não pela igualdade abstrata, irracional ou estandardizada.

O índio remador, caçador, flecheiro e policial explica-se tão claramente como o negro lavrador e minerador. Também não seria necessária a violência para que o branco fosse o homem de comando. Na divisão de trabalho como na dos postos políticos cada elemento humano tinha o seu papel, determinado mais pela tendência de cada grupo do que pela violência ou imposição de um preconceito racial (1970: 324).

Essa “hierarquização funcional” era presidida por um “espírito de cooperação” que permitia o desenvolvimento de todos (1970: 324-27). E nisso seria diferente da organização “feudal” das *plantations*. As *plantations* tinham horror aos caminhos, pois representavam uma ameaça ao seu prestígio feudal. A *plantation* representava o poder conservador, enquanto que a bandeira representava a revolução de onde saíria a democracia e a independência (1970: 452-53).

Por outro lado, no entanto, a bandeira canalizava os fugitivos das *plantations* e evitava o seu refluxo violento contra elas (1970: 454).

No litoral o Brasil não podia desenvolver a pequena propriedade, pois isto seria um obstáculo à expansão territorial. Porém o bandeirante – como não estava de fato primariamente interessado na terra mas na mobilidade – quando se estabelecia, fazia-o em pequenas propriedades (1970: 70-71).

No interior, os bandeirantes estavam longe das autoridades da Coroa. Como por outro lado tinham de se defender contra os índios e toda sorte de perigos, tinham de se organizar. Deram origem, assim, à única verdadeira experiência brasileira de *self-government* (1970: 187).

O chefe de bandeira concentrava todo o poder em suas mãos: executivo, legislativo, judiciário. A bandeira não poderia subsistir sem uma autoridade. A bandeira precisava ser conduzida por seu chefe de uma forma militar, romana. De acordo com Ricardo, tratava-se de um Estado em miniatura.

O cabo-de-tropa representa, então, em nossa gênese social e política, o criador do governo forte, corajosamente americano (1970: 479).

Tinha de ser assim porque a tendência “natural” num meio tropical, corporificado pelo indígena, era um “comunismo selvagem” prevalecer. Somente o bandeirismo autoritário, antiliberal podia dar ordem e impor a racionalidade a essa tendência, estabelecendo uma “democracia hierárquica”.

Para Ricardo seria esta a origem do apego brasileiro à autoridade forte e a um condutor que – contrariamente à prática “feudal” – cheio de espírito comunitário e de valor pessoal sai e se destaca da massa que sentiu a necessidade de ser governada (1970: 482-83).

Após a independência, no entanto, foram as cidades da costa que estruturaram politicamente a democracia (1970: 526). Estas eram presas do “liberalismo exótico”, o qual pouco tinha a ver com a verdadeira democracia, visto como cada povo deveria organizar a liberdade de acordo com o seu próprio modo de ser.

Tais fatos significam (...) que uma coisa é a nossa formação democrático-social e outra vem a ser a nossa “deformação” liberal e urbana. Já o bandeirante havia provado que o “liberal” nada tem que ver com o “democrático”. Imperialista e antiliberal, realizara ele a sua democracia rude mas verdadeira em oposição à aristocracia do açúcar e ao comunismo aborígine (1970: 542).

O bandeirante não é o mandão, como muitos pensam. É o protetor, o criador do governo forte, autocrático (Morse, 1967: 198; Ricardo, 1942: 24).

A bandeira, como o Estado, é uma espécie de extensão da família. E o chefe de bandeira uma espécie de pai de todos.

* * *

Acreditamos que *Marcha para Oeste* encantaria qualquer especialista em mitos. Na verdade parece possuir a maioria dos elementos de um mito e muitas subestruturas de mito podem ser distinguidas⁵. E é claro que tudo tem a ver com a justificação e legitimação do autoritarismo estatal. Na verdade, trata-se de uma espécie de *mito da origem do autoritarismo*.

Por outro lado, uma comparação com o trabalho de Frederick Jackson Turner parece interessante. Turner e Ricardo possuem diversos importantes pontos em comum, tais como a oposição Leste-Oeste (litoral-sertão para Ricardo) e a crença no caráter “conservador” do Leste. Também a tendência “natural” que é percebida como resultante da *fronteira* parece ir na mesma direção em ambos os autores, embora Turner a rotule positivamente como “democracia” e C. Ricardo considere que não seria auto-reguladora, indo assim além no que diz respeito à inexistência da lei e aproximando-se da “anarquia” e do “comunismo selvagem”.

Aqui se dá a torção decisiva: o bandeirante tem de se tornar primitivo como o índio, porém – quase como que parodiando a ideia da dominância do político – C. Ricardo diz que exatamente *por causa* dessa tendência natural a bandeira tem que desenvolver uma estrutura autoritária *como reação*. Assim, partindo do mesmo ponto que Turner, ele chega a uma visão *oposta* à de Turner, o criador de um poderoso mito da origem da democracia americana. Para Ricardo não é a *fronteira* como tal que dá ao homem de fronteira brasileiro as suas características fundamentais, mas a *fronteira* combinada com a sua reação a sua influência anárquica⁶. Ao passo que para Turner a *fronteira* é o *locus* onde se desenvolve a democracia americana, para Ricardo a experiência da *fronteira* leva ao desenvolvimento do autoritarismo brasileiro. Em ambos os casos a *fronteira* é utilizada como matéria-prima para a criação de mitos de origem. No entanto, cada um dos

⁵ Ver Esteri (1972).

⁶ Talvez aqui resida uma certa limitação parcial do “mito” de Ricardo que pode explicar a influência menos vasta do seu trabalho comparado com o de Turner: Ricardo não deu muita atenção à *fronteira* como tal ou a qualquer outro movimento de *fronteira* a não ser as bandeiras, definidas como sendo exclusivamente os movimentos originados de São Paulo. Ao fazer isso, talvez ele mesmo tenha sido vítima do *regionalismo*, o que terá tornado mais difícil que o seu trabalho ganhasse uma aceitação nacional mais intensa. Por outro lado, é possível que uma das funções do livro fosse precisamente conciliar São Paulo com o Estado Novo.

mitos acaba sendo o oposto do outro, o que é para nós extremamente revelador em termos do contraste que viemos apresentando entre desenvolvimento burguês e autoritário.

A analogia entre a bandeira e o Estado Novo é clara. São ambos autenticamente brasileiros ou “americanos” e não importados (embora, significativamente, Ricardo os aproxime diversas vezes de experiências “romanas”). Através da “democracia hierárquica” ambos têm que enfrentar e submeter o “feudalismo” (no caso do Estado Novo o *coronelismo*) e o comunismo (o comunismo “selvagem” para a bandeira e o comunismo “russo” para o Estado Novo). E ambos têm um território a conquistar ou ocupar.

Assim, ideologicamente a *Marcha para Oeste* do Estado Novo foi da maior importância no estabelecimento de uma ponte com o movimento bandeirante e uma reencenação dele através do cultivo de um “espírito bandeirante”. Agora o território tinha que ser definitivamente ocupado. Não era mais apenas uma questão de *marcha para oeste*, mas também de marcha para o oeste. E a ênfase de C. Ricardo sobre a *pequena propriedade* como sendo característica do bandeirante estabelecido (um traço que para dizer o mínimo parece ser historicamente de pouca importância), em contraste com a grande propriedade “feudal”, também determina o tipo de ocupação que tinha em mente e que completaria o quadro.

Na quarta edição de seu livro C. Ricardo acentuaria no capítulo final o prosseguimento do “espírito bandeirante” estatal para além do Estado Novo, enfatizando sobretudo como marcos a construção de Brasília, a Rodovia Belém-Brasília, o Projeto Rondon e a Rodovia Transamazônica. O ideólogo sensível percebia, ainda utilizando a *fronteira* como matéria-prima para as suas elaborações, o fio condutor que dava unidade ao nosso modo de desenvolvimento capitalista, mesmo numa época em que a maioria preferia acentuar as descontinuidades.

“Funções” da fronteira

Neide Esterci (1972: 54) observou que o livro de C. Ricardo e outros textos sobre colonização e migração escritos durante o Estado Novo:

(...) visam muito mais a veicular uma teoria política do que a discutir a eficiência destas práticas administrativas com relação a

povoamento, criação de pequena propriedade, amparo a trabalhadores nacionais e produtividade econômica.

Nesse sentido, o próprio Getúlio Vargas era insuperável. Em 1940, por exemplo, disse ele:

Após a reforma de 10 de Novembro de 1937, incluímos essa cruzada no programa do Estado Novo, dizendo que *o verdadeiro sentido de brasilidade é o rumo ao oeste*. Para bem esclarecer a idéia, devo dizer-vos que o Brasil, politicamente, é uma unidade. Todos falam a mesma língua, todos têm a mesma tradição histórica e todos seriam capazes de se sacrificar pela defesa do seu território. Considerando-a uma unidade indivisível, nenhum brasileiro admitiria a hipótese de ser cedido um palmo desta terra, que é o sangue e a carne do seu corpo. Mas se politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente. Sob este aspecto assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios. As ilhas já atingiram um alto grau de desenvolvimento econômico e industrial e as suas fronteiras políticas coincidem com as fronteiras econômicas. Continuam, entretanto, os vastos espaços despovoados, que não atingiram o necessário clima renovador, pela falta de toda uma série de medidas elementares, cuja execução figura no programa do Governo e nos propósitos da administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transportes. No dia em que dispuserem todos esses elementos, os espaços vazios se povoarão. Teremos densidade demográfica e desenvolvimento industrial. Deste modo, o programa de “Rumo ao Oeste” é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras (Vargas, sem data: 284-85).

Tudo isso está repleto de poderosas imagens ideológicas e a ideia de que as “fronteiras políticas” estariam a frente das “fronteiras econômicas” e que essas últimas precisam alcançá-las parece representar a “não-correspondência” entre o político e o econômico em um país “atrasado”. A ênfase no movimento de *fronteira* como um meio de preencher os espaços

vazios entre as “ilhas econômicas” que formavam o Brasil, também parece ser um reforço do tema autoritarista clássico da “unidade nacional”, da “integração” e de uma perspectiva nacional em oposição às visões regionais particularistas. Era também consistente com a ideia popular de que o Brasil era rico em recursos não aproveitados cuja existência lhe garantia ser “o país do futuro”.

Por outro lado, no entanto, cabe perguntar se não haveria também funções mais concretas que o movimento de *fronteira* deveria desempenhar. Diversas foram expressas ou podem ser distinguidas nos discursos do Estado Novo:

1. Tentar recuperar a posição anterior do Brasil no mercado internacional da borracha. Em 1930 Vargas utilizou esse argumento como justificativa para um projeto sanitário para a Amazônia (sem data, 297). Com o advento da Segunda Guerra Mundial isso se tornou mais viável e envolveu interesses americanos.
2. (...) fixar em zonas mais produtivas e menos propícias a flagelos os excedentes de população de certas regiões do país (Vargas, sem data: 299).
3. Substituir a imigração estrangeira, que havia sido maciça no começo do século, mas que poderia trazer com ela “ideologias exóticas”, pela colonização nacional (Neiva, 1943: 231). Deve-se notar com relação a este ponto que a liderança em nossas primeiras greves e movimentos trabalhistas anteriores a 1930 foi fornecida em grande parte por imigrantes. A presença de estrangeiros no movimento de *front populaire* esmagado em 1935 também foi apontado na época (Neiva, 1943: 239; Silva, 1969: 441).
4. Evitar a ameaça de uma excessiva “aglomeração de braços” nas grandes cidades (Vargas em Neiva, 1943: 238). Depois de esmagado o movimento de 1935 o chefe de polícia Filinto Müller em seu relatório explicitamente sugeriu como uma medida importante para evitar outras ameaças do gênero o “Descongestionamento, nos centros urbanos, da massa de desocupados, rumo ao interior, sob a assistência e localização do Estado” (em Silva, 1969: 442).

Exceto pelo item 1, que no caso é politicamente indiferenciado, em termos gerais poder-se-ia dizer que essas “funções” se reduziram à

necessidade da parte do capitalismo autoritário de orientar o rumo do seu desenvolvimento de maneira a evitar ao mesmo tempo identificar-se com as velhas estruturas que desejava transformar e cair no rodamoinho da mudança incontrolada que poderia resultar se as velhas estruturas, ao invés de serem transformadas, fossem destruídas. Uma das qualidades pessoais de Vargas mais mitificadas era, significativamente, o seu “realismo político”, que de fato nos aparece como sendo uma manifestação inevitável do capitalismo autoritário na época, para além da aparência de inconsistência ou oportunismo.

Muitos cientistas políticos têm chamado a atenção para o fato de que a industrialização e a mobilização populista nas cidades coexistiram com uma “estrutura agrária” que foi deixada praticamente sem ser tocada. Isso constituiu uma espécie de flaqueamento das velhas estruturas e um modo, através do aparecimento de novos atores sociais, de criar as condições para uma nova correlação de forças dentro do sistema e consequentemente também as condições para a sua eventual transformação global. As críticas ao “dualismo” que dominaram boa parte da produção sociológica brasileira na década de sessenta insistiram em que na verdade não haveria uma incompatibilidade de fundo entre esses dois “pólos” (industrial-urbano e tradicional-rural). Essa observação é valiosa no sentido justamente de abrir a possibilidade (em geral não explorada) de admitir-se modos diferentes e particularmente desiguais de desenvolvimento capitalista. Todavia, a não ser que se queira correr o risco de cair numa visão funcionalista, isso não impede de admitir-se que em sua complexidade essas relações entre os “pólos” incluíam contradições reais (não necessária e permanentemente antagônicas), fazendo parte da estratégia do desenvolvimento autoritário o fortalecimento do pólo industrializante. Mas o que não recebeu tanta atenção é que a “Marcha para o Oeste”, analogamente à industrialização, foi de certa forma concebida como uma possibilidade de flanquear o sistema pelo “outro lado”.

Vargas falava frequentemente dos males do latifúndio, tal como a sua baixa produtividade, e das vantagens da pequena propriedade para a criação de abundância e riqueza (em Neiva, 1943: 237). Porém ao invés de buscar substituir um pelo outro através de uma confrontação direta, via a *fronteira* desocupada como um *locus* para o desenvolvimento da pequena propriedade e consequentemente, poderíamos acrescentar, de um novo ator social a ela associado. De certa maneira isso representaria ao mesmo tempo

canalizar tensões para longe da “estrutura agrária” estabelecida e dar-lhe uma oportunidade de se transformar sem ser destruída. Esse tipo de política, dependendo do ponto de vista do observador, podia ser negativamente rotulada de “demagógica” ou “reacionária”, e sofreu a oposição de ambos os extremos do espectro político.

Até que ponto, no entanto, era essa política na época realmente necessária para o capitalismo autoritário e quais os seus resultados?

Apesar de toda a retórica a respeito da *fronteira*, não parece que Vargas imaginasse a “Marcha para o Oeste” como um movimento massivo que ocuparia e desenvolveria metade do país em um curto período de tempo. De certa maneira ainda se tratava da política de novos rótulos em velhas garrafas, mesmo que as velhas garrafas não representassem o imobilismo, visto como um certo movimento de fronteira estava se dando “espontaneamente”. Quando falava em termos concretos, Vargas parecia ter em mente, em termos de política governamental, sobretudo as “medidas elementares”, tais como saneamento, educação e transportes, que constituiriam os pré-requisitos e o suporte para a ocupação. Os recursos que o Estado brasileiro tinha a seu dispor na época eram relativamente poucos e a dificuldade para a análise está em que, como sugeriu Esterci (1972), de certa maneira a retórica por vezes não refletia a política estatal, mas era ela mesma parte dessa política, como um *substituto* de medidas concretas⁷.

A migração interna, que já vinha aumentando, depois de 1930 tornou-se um fato evidente, que tinha a ver com a existência de uma “população excedente” do ponto de vista, em última análise, das possibilidades de absorção pelo sistema dominado pela *plantation* nos seus vários desdobramentos. Todavia, o fato é que na época – apesar de certos setores das classes dominantes traírem certo receio sobre esse fato “novo” – boa parte desse movimento simplesmente permitiu a formação de um exército industrial de reserva. Deve-se dizer ainda que essa “marginalidade” urbana era, em grande parte, só aparente enquanto tal. A marginalidade era confundida com o fato de os níveis de vida dessa população serem bastante baixos (embora não tão diferentes daqueles a que estavam acostumados) e

⁷ Vargas era conhecido como um bom escritor. O seu chamado *Discurso do Rio Amazonas* (feito em Manaus a 10 de outubro de 1940), que foi altamente retórico e tratava exatamente da Amazônia e de sua incorporação à “civilização”, foi celebrado como um dos seus melhores pelos propagandistas do Estado Novo.

de o seu trabalho se restringir seguidamente a um mercado “informal” (Machado da Silva, 1971). Essa nova força de trabalho na verdade desempenhava funções básicas nas cidades, especialmente no chamado setor terciário, criando importantes economias externas para a indústria em crescimento e permitindo a concentração do capital escasso nessa indústria (Oliveira, 1972: 27-32). Quanto às consequências políticas da presença dessa nova população nas cidades, na realidade o capitalismo autoritário foi capaz através do populismo (com a criação de um sistema de bem-estar social e de uma estrutura sindical controlados pelo Estado) de canalizar a maior parte da ameaça potencial que isso poderia representar e utilizá-la como o seu próprio instrumento contra a Direita de velho estilo, os liberais e a Esquerda.

Houve, no entanto, sem dúvida desenvolvimentos importantes na *fronteira*. Este foi o caso, por exemplo, no Centro-Oeste, mais facilmente conectado aos principais centros de produção do que a Amazônia. Estradas de ferro foram construídas ou estendidas (como no caso da Estrada de Ferro Noroeste) e antecipando Brasília, uma nova capital foi construída para o Estado de Goiás. Além disso, o movimento “espontâneo” vindo da direção de São Paulo e Minas Gerais para o Sul do Mato Grosso e Goiás (inicialmente reocupando terras que depois do período do ouro colonial haviam sido deixadas a uma pecuária dispersa, prosseguindo posteriormente para terras de mata) encontrou um certo apoio estatal.

Quanto à Amazônia como um todo e a criação de “pequenas propriedades”, os resultados foram relativamente modestos. O interesse pela borracha que levava à iniciativa estatal e estrangeira foi episódico e não sobreviveu à Guerra. Deu-se efetivamente uma nova migração de massas nordestinas para a Amazônia com estímulo governamental, mas isso resultou em muitas mortes e decepção. Diversas “colônias agrícolas” foram criadas em diferentes partes do país, mas não fizeram parte de uma política global e tenderam a vegetar sem resultados significativos (Esterci, 1972).

Por debaixo dessas ocorrências mais evidentes, no entanto, algumas tendências mais ocultas estavam operando no Norte que acompanhavam numa forma menos óbvia a reocupação do Sul de Goiás e Mato Grosso. Dos anos 40 em diante houve um certo aumento no incremento demográfico na Amazônia. Algumas colônias japonesas foram sendo estabelecidas e tornar-se-iam prósperas depois da Guerra, particularmente

com a produção de pimenta. A produção de juta também ia se desenvolvendo. E no Estado do Maranhão o avanço dos “camponeses marginais” que vinha da década de 20 prosseguia silenciosamente, já agora ocupando terras de mata inexploradas e lentamente se dirigindo para Oeste na direção da Amazônia propriamente dita. (Andrade, 1969)

Todas essas ocorrências, no entanto, eram pouco notadas no âmbito nacional na época, lentamente acumulando condições para movimentos posteriores mais decisivos. Mas o simples fato de que alguma iniciativa estatal existia de fato e que a retórica governamental, particularmente durante o Estado Novo, usava em tão larga extensão o tema da *fronteira*, indica que havia uma relação potencial e real entre um certo tipo de movimento de *fronteira* e o autoritarismo.

Nos anos 30 e 40, no entanto, a atmosfera geral, combinada com o “primitivismo” relativo do autoritarismo brasileiro (a “fraqueza” do Estado a que se referia Duarte) conduziram a certas formulações ideológicas que estavam *adiante* da possibilidade e mesmo da necessidade de sua plena implementação, embora antecipassem em parte certas questões futuras. De alguma maneira tratava-se do inverso do que ocorreria mais tarde.

Brasília

Nos anos 40 e 50 a principal área de *fronteira* efetiva no Brasil ainda se ligava à expansão do café. Dado que o café tende a reduzir a fertilidade do solo bastante rapidamente, sobretudo quando é cultivado sem maiores cuidados técnicos, a sua área de cultivo desde a sua introdução no Brasil esteve sempre em deslocamento. A área inicial de cultivo no século XIX foi basicamente no Rio de Janeiro, sobretudo no Vale do Paraíba, mais tarde transformado em zona pecuarista. Em São Paulo encontraram-se terras mais adequadas ao seu cultivo. Do final do século XIX à década de 1950, São Paulo foi o principal produtor.

De São Paulo, após a ocupação de todo o seu território (Monbeig, 1952), passaria ao Paraná, que experimentou um grande crescimento demográfico e econômico a partir da década de 40. O café não era a única razão desse crescimento, havia também a exploração madeireira e a pequena agricultura. Mas em geral, essas outras atividades tendiam a dar lugar ao café e retrospectivamente poderiam ser vistas como uma *avant-*

garde de camponeses marginais, tal como descrita por Monbeig (1952) para São Paulo, que juntamente com as firmas madeireiras abriram o caminho para o café. No caso da pequena agricultura essa substituição por vezes envolveu o uso de violência e em alguns casos o governo foi forçado a intervir e buscar um compromisso. Nos anos 50 as áreas de *fronteira* no Paraná (juntamente com as de Goiás e do Maranhão) estiveram entre as mais explosivas no meio rural brasileiro. O café, no entanto, em geral dominava; pelo menos até o final da década de 60, quando passou a ser substituído por outros produtos comerciais (como a soja) que continuaram a ser cultivados principalmente em propriedades médias e grandes. Todavia, em algumas zonas a pequena propriedade pareceu ganhar uma certa estabilidade, embora ainda basicamente se tratasse de agricultores de origem estrangeira, já agora em parte se deslocando dos seus núcleos iniciais em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul (Oberg e Jabine, 1960).

A população do Paraná cresceu 71,12% no período 1940-50 e 102,21% em 1950-60 (IBGE, 1962: 6). A cidade de Londrina, no meio da região produtora de café, passou de uma população de 10521 habitantes em 1940 para 156670 em 1970. No final dos anos 60 a *fronteira* já alcançava o limite ocidental do Paraná e havia mesmo uma tendência a atravessar a fronteira e prosseguir o avanço no vizinho Paraguai.

* * *

Nesse mesmo período, no entanto, houve também outras ocorrências extremamente novas no seu âmbito e caráter. O melhor símbolo desses desenvolvimentos foi sem dúvida a construção da nova capital federal em Brasília.

Durante muitos anos falara-se da transferência da capital. Sempre era vista como um elemento necessário para a ocupação efetiva do território e o deslocamento do principal eixo populacional da costa. Isso por si é significativo como uma imagem da dominância do político e como somente uma decisão “artificial” desse tipo era percebida como sendo capaz de produzir os desejados resultados sociais ‘e econômicos.

Ao examinar-se a transferência no século XVIII da capital do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro dois fatos chamam a atenção:

1. Como Boxer (1969: 321) disse, representava o reconhecimento formal do “deslocamento crescente do poder econômico e político de Pernambuco e Bahia para Minas Gerais e o Rio de Janeiro”. Isso se relacionava, por um lado com a decadência da produção açucareira nordestina, e por outro com a exploração mineral no Centro-Sul.
2. Significava mudar a capital de uma cidade na costa para outra mais ao Sul, porém ainda na costa, ambas tendo sido fundadas no primeiro século após o descobrimento pelos europeus.

Assim, a transferência tinha a ver com ajustamentos a circunstâncias novas. Em contraste, as discussões que se deram do século XIX em diante sobre a nova mudança da capital viam-na como uma medida política que *provocaria* – não seguiria – outras mudanças⁸. E essas mudanças referiam-se à ocupação do interior, não a outro ajustamento ainda na costa.

Durante muito tempo isso foi mera especulação. Todavia, havia uma tendência secular à criação das medidas pertinentes; embora a princípio representassem apenas declarações de intenção. Na primeira constituição republicana de 1891 foi afirmado (artigo 3º) que uma área de 14.400 quilômetros quadrados no Planalto Central seria demarcada e transferida à União para uma eventual transferência da capital. Uma comissão foi formada e a área foi estabelecida no Estado de Goiás, numa região quase deserta, afastada de qualquer cidade importante e sem ligações por estrada com outras partes do país.

Constituições posteriores também mencionaram a transferência da capital federal. Isso era visto como uma maneira de trazer gente e progresso para o vasto interior despovoado, de explorar os recursos naturais e como um instrumento de “unidade nacional”. Através dos anos diversas medidas preliminares – especialmente jurídicas e administrativas – foram sendo lentamente tomadas.

Foi, porém, somente na administração Kubitschek (1956-61) que a construção da capital foi finalmente arrostada. Simultaneamente, diversas

⁸ Já no final do século XVIII a transferência da capital para o interior era parte do programa dos Inconfidentes. Nesse caso, todavia, provavelmente tinha a ver sobretudo com uma adaptação à importância de Minas Gerais, a qual o governo português certamente reconhecia, mas preferia controlar a partir do Rio de Janeiro, o único porto legal para o comércio com as regiões mineradoras.

estradas foram também iniciadas de maneira a ligar a nova capital às principais cidades do Centro-Sul. Além do mais, tomou-se a decisão de longo alcance de construir uma estrada de terra de 2.100 quilômetros ligando Brasília a Belém.

Por diferentes razões, tanto a oposição quanto o governo acentuavam o mesmo ponto: Brasília e a estrada Belém-Brasília estariam sendo construídas praticamente no espaço vazio. O simples fato, no entanto, de a transferência da capital ter sido falada durante tanto tempo sem ser levada adiante sugere que só então é que se materializaram algumas pré-condições para a transferência.

O final dos anos 50 de fato pareceu representar de muitas maneiras o início de uma nova era e, como já mencionamos, o processo de substituição de importações estava então atingindo uma fase avançada. De uma maneira muito geral poder-se-ia dizer que quanto à ocupação definitiva de parte do interior nas condições do capitalismo só então atingiu-se o crescimento necessário das forças produtivas. Mais especificamente tinha-se então, por exemplo: a ocupação desde os anos 30 do Sul de Goiás, o que tornava o sítio planejado para a nova capital, embora mais ao Norte e a Leste, menos isolado do que havia sido o caso até então; grandes investimentos em obras rodoviárias que redundavam na existência crescente de capital e equipamento nesse setor que precisavam encontrar contínua aplicação; o desenvolvimento de uma indústria automobilística dentro do país.

Esse reconhecimento não significa negar a dominância do político e é por isso que o aspecto “aventuroso” desses desenvolvimentos foi de fato uma realidade, aliás bem viva na memória dos habitantes das regiões atravessadas pela estrada. De um ponto de vista liberal Brasília e a estrada Belém-Brasília eram totalmente injustificáveis. Não eram “economicamente viáveis” e os recursos que engoliram deveriam ter sido utilizados, de acordo com a racionalidade liberal, nas partes já ocupadas do país. O fato de terem sido construídas, apesar de toda a oposição despertada e que se refletia largamente no Congresso, é certamente um indicador forte do autoritarismo subjacente a um governo considerado um dos mais liberais (no sentido político) que o Brasil já teve. É também um indicador paradigmático da necessidade da ação política não só para manter o sistema, mas também para promover o seu desenvolvimento.

Tudo isso aponta para o fato de que a dominância do político não pode ser arbitrária. A transferência da capital no século XIX não era praticável. Ainda assim, a dominância do político é como tal claramente reconhecível; embora, como Duarte (1966) percebia, a tentação da arbitrariedade e consequente ineficácia seja um risco sempre presente para o autoritarismo. É provavelmente por isso que o autoritarismo, particularmente em suas primeiras etapas, parece misturar em graus variados eficiência e ineficiência nas suas ações, tornando esse último traço um alvo favorito dos críticos. Isso se deve sobretudo a sua herança oligárquica e ao fato de não possuir os indicadores econômicos “automáticos” de racionalidade de que dispõe o capitalismo liberal.

Outra provável condição para a construção de Brasília e da estrada é que o “excedente populacional” do país aparentemente já atingira um nível considerável. Isso parece ser corroborado *a posteriori*: em dez anos a área de influência direta da estrada experimentou um crescimento populacional de cerca de 600.000 pessoas, excluindo-se o Distrito Federal. A população do Distrito Federal, por sua vez, cresceu de 142.000 habitantes em 1960 (o ano em que Brasília foi oficialmente inaugurada após menos de cinco anos de construção) para 546.000 em 1970. Deve-se mencionar que boa parte desse crescimento não foi sequer de Brasília propriamente dita (que cresceu de 69.000 para 157.000 habitantes), mas das chamadas “cidades-satélites” que surgiram “espontaneamente” ao seu redor. Também se deve mencionar que a população do resto do país não parou de crescer rapidamente nesse período: em 1972, de acordo com cálculos estatísticos, o Brasil teria alcançado uma população de 100 milhões de habitantes.

A pressão demográfica, particularmente nas cidades, continuou a crescer. Brasília, retrospectivamente, poderia ser vista como estando ainda numa posição de Centro-Sul, embora mais para Oeste e para o Norte do que qualquer das metrópoles principais do Centro-Sul. Por outro lado, a estrada Belém-Brasília, atingindo a ponta oriental da região Amazônica propriamente dita, criava novas condições para a ocupação da Amazônia que se combinava com a penetração de grandes firmas pecuaristas no Norte de Mato Grosso e com o movimento de camponeses marginais nordestinos no Maranhão que haviam começado a alcançar o local da futura estrada no Norte, apenas alguns anos antes da abertura da estrada (Velho, 1972). Simultaneamente, outra estrada era iniciada de Brasília na direção da ponta ocidental da Amazônia brasileira no Acre.

Tal como no caso da transferência da capital, a ocupação da Amazônia era falada há muitos anos. Mas somente na década de 60, após a abertura da Belém-Brasília, é que parece terem surgido condições reais para que essa ocupação definitiva e em grande escala começasse a se materializar. A impressão que se tem desses diversos desenvolvimentos que aos poucos se combinam é que diferentemente da opinião generalizada parece haver um grau razoável de continuidade a ligá-los. Ao mesmo tempo, parecem ser também contemporâneos do que tem sido considerado importantes *rupturas* na vida política do país. No capítulo seguinte tentaremos avaliar o significado dessas rupturas.